

**HABEAS CORPUS Nº 538.328 - PR (2019/0302477-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : EDSON STORMOSKI LARA  
**ADVOGADO** : EDSON STORMOSKI LARA - PR0074251  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : MAYCON LUIS WINCK (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MAYCON LUIS WINCK - preso cautelarmente por suposta infração ao art. 180, *caput*, do Código Penal e ao art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 36736-35.2019.8.16.0000) que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 15):

*HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PACIENTE DENUNCIADO PELA PRÁTICA DOS CRIMES DE RECEPÇÃO (ART. 180, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL) (FATO I) E TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006) (FATO II).*

*1) ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. NÃO OCORRÊNCIA. APREENSÃO DE 364,015 KG (TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO QUILOGRAMAS E QUINZE GRAMAS) DE MACONHA E DE 1,125 KG (UM QUILOGRAMA E CENTO E VINTE E CINCO GRAMAS) DE SKANK, ENCONTRADOS NO INTERIOR DO VEÍCULO QUE ERA CONDUZIDO PELO PACIENTE. PACIENTE QUE, EM TESE, PRATICOU AS CONDUTAS ORA APURADAS, ENQUANTO ESTAVA EM LIBERDADE PROVISÓRIA. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR, ANTE A GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO E A POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA.*

*2) PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR POR MEDIDAS ALTERNATIVAS. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE QUE COMETEU NOVO CRIME, ESTANDO EM AVALIAÇÃO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. ALEGADAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE, POR SI SÓS, NÃO IMPEDEM A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*MANTIDA.*

*3) VENTILADO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS PARA A OITIVA DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DENÚNCIA. ALEGADA DESÍDIA QUE NÃO PODE SER ATRIBUÍDA AO PODER JUDICIÁRIO. INSTRUÇÃO CRIMINAL QUE ESTÁ PRESTES A SE ENCERRAR COM A OITIVA DAS TESTEMUNHAS POR VIDEOCONFERÊNCIA, ALÉM DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. VERBETE DA SÚMULA Nº 52, DO STJ. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, a existência de constrangimento ilegal diante do excesso de prazo para a formação da culpa, destacando que o paciente está preso desde 7/4/2019, sem que se tenha previsão para a realização da audiência de instrução. Assevera que a audiência marcada para 15/7/2019 foi cancelada em razão da ausência das testemunhas.

Sustenta que, no caso de eventual condenação, o paciente provavelmente fará jus ao regime prisional mais brando, mostrando-se desproporcional a manutenção da custódia.

Aduz que "a carência de fundamentação da decisão exarada pela eminente autoridade coatora resta notória, posto que desnecessário um exercício hermenêutico aprofundado para se constatar que a decisão exarada se ateve a somente sintetizar os atos processuais praticados, não tendo lançado em sua decisão qualquer fundamento viril para o indeferimento da revogação da prisão preventiva, eis que resta demonstrada violação ao Art. 93, IX da Constituição Federal" (e-STJ fl. 9).

Defende ser suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Sublinha ser o réu primário.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada ilegalidade da prisão cautelar.

Isso porque a decisão impugnada encontra suporte na *necessidade da segregação cautelar para a garantia da ordem pública, a fim de evitar a reiteração delitiva* (HC n. 313.227/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 12/5/2015, DJe 18/5/2015).

De outro vértice, cumpre salientar que o alegado excesso de prazo não pode ser apreciado apenas pela soma aritmética dos prazos, pois o processo penal é dinâmico, com vários incidentes, podendo sofrer empecos diversos, provocados inclusive pela defesa. Por isso, nesses casos, é imprescindível aguardar a vinda das informações.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília/DF, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

